



VII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
Londrina de 08 a 10 novembro de 2011 - ISSN 2175-960X – Pg. 3762-3774

INCLUSÃO ESCOLAR NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO PARA TODOS DE PAULO FREIRE

Maria da Piedade Resende da Costa¹

Paulo Cesar Turci²

Universidade Federal de São Carlos
Programa de Pós-Graduação em Educação Especial

Resumo

O objetivo do presente estudo foi investigar se a inclusão escolar na perspectiva da educação para todos de Paulo Freire pode ser considerada como um conceito de uma real inclusão, uma referência, sobre o tema. Para tanto foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica a partir da produção literária do referido autor, dissertações, teses e artigos científicos, a ele relacionado. Leis, decretos, entre outros que abordam as políticas públicas para a inclusão escolar. Os resultados evidenciaram que a inclusão ainda não se materializou como a promessa de uma escola para todos, deixando de exercer o seu potencial para o efetivo exercício da cidadania. As conclusões do estudo indicam que a inclusão escolar na perspectiva da educação para todos de Paulo Freire deve ser considerada como um conceito de uma real inclusão. Traz em sua práxis libertadora a gênese da inclusão, traduzindo-se em uma autêntica pedagogia da inclusão, expressando toda diversidade e a pluralidade étnica e cultural que compõem os seres humanos.

Palavras-chave: Paulo Freire. Inclusão escolar. Necessidades educacionais especiais.

¹Psicóloga, Professora do Programa de Pós-graduação em Educação Especial da UFSCar.
E-mail piedade@ufscar.br

² Graduação em Pedagogia (UFSCar), Mestrando no Programa de Educação Especial da UFSCar. E-mail pcturci@gmail.com

Universidade Federal de São Carlos Programa de Pós-Graduação em Educação Especial
Rodovia Washington Luiz, Km 235 - Caixa Postal 676 13565-905 - São Carlos-SP Tel/Fax:
(16) 3351-8357, Tel: (16) 3351-8487 e-mail: edufscee@ufscar.br

Introdução

As Políticas Públicas para Inclusão e o Cotidiano da Escola para Todos

Analisando as políticas públicas para a educação inclusiva desenvolvidas no Brasil, idealizadas e referenciadas pela ONU e pelo Banco Mundial, constata-se que embora tenham sido desenvolvidas por meio de um discurso democrático pautado nos princípios da igualdade, da valorização da convivência na diversidade e da solidariedade, tais políticas educativas não se traduziram em uma escola inclusiva. Este fato ocorreu porque se evidenciou que o discurso inclusivo foi elaborado sobre os mesmos princípios da cultura capitalista hegemônica e opressora que impôs a exclusão a determinados segmentos da população educacional. Freire (2005, p.7) explica que: Em sociedades cuja dinâmica estrutural conduz à dominação de consciências, "a pedagogia dominante é a pedagogia das classes dominantes". Os métodos da opressão não podem, contraditoriamente, servir à libertação do oprimido.

Especificamente no caso dos alunos com NEEs, eles foram segregados por meio de práticas homogeneizadoras construídas e delimitadas a partir de um padrão de normalidade referenciado pelo princípio da individualidade e da competitividade. Foram ignorados pelo poder público e deixados a mercê da solidariedade das instituições filantrópicas ou dos serviços das escolas privadas de educação especial.

Nas escolas de Educação Especial, os alunos com NEEs foram privados do convívio social e estigmatizados como seres diferentes e excepcionais. Conseqüente mente, perderam o direito à autonomia intelectual, e em muitos casos perderam o direito à dignidade humana, e até mesmo a sua condição de ser humano, ao serem intitulados como seres vegetantes. Em outras palavras, rompeu-se a relação de alteridade entre os seres humanos, agora classificados como normais e anormais, caracterizando-se assim, entre eles, a relação opressor-oprimido.

Portanto, essa ideologia opressora não pode ser tomada como objeto referencial para a construção de uma escola inclusiva. Pois esta retrata a posição subalterna que o Brasil ocupa perante os poderosos países de primeiro mundo. Fato este que nos impõem modelos educacionais totalmente desconectados da realidade da escola pública brasileira. Esses modelos não consideram fatores presentes no cotidiano escolar que se constituem em verdadeiras barreiras para a execução bem sucedida do projeto inclusivo, tais como o excessivo número de alunos presentes nas salas de aula e o alto índice de alunos que concluem o ensino médio mesmo sendo analfabetos funcionais.

A formação de professores para o ensino fundamental nos cursos de Pedagogia, nas Universidades mais nobres do país aborda a inclusão de forma descomprometida e superficial, negando a legislação educacional, por vezes ocultando pensadores, como Paulo Freire. Para não se comprometer há a explicação: ‘ Mas isso se trata de uma utopia’, imprimindo o significado impossível à palavra utopia expressada de forma satírica, para desacreditar o discurso e evitar a problematização do tema. Esta atitude implica o questionamento da escola tradicional segregadora, que é constantemente criticada na academia, mas mesmo assim continua formando os gestores, os professores, influenciando e compactuando com as políticas que reproduzem a lógica excludente.

Essa postura é a mesma adotada em relação aos seus alunos com NEEs, aos quais são negadas as mínimas condições de igualdade e de oportunidade em relação aos seus pares. Mas, quando estes educandos reivindicam seus direitos assegurados pela Constituição Brasileira, escutam que a inclusão é um processo ainda em desenvolvimento, e, portanto as práticas inclusivas também estão sendo construídas gradativamente. Contudo, aqueles que insistem em fazer valer seus direitos passam a ser vistos como oportunistas que fazem uso de suas necessidades educacionais especiais para obter privilégios. Então, além de terem sua idoneidade questionada, ainda é comum terem sua capacidade intelectual subjugada a um nível inferior aos demais alunos, como explicitado na frase, muitas vezes ouvida: ‘Você foi longe, conseguiu chegar até a Universidade’. E, na realidade, esta frase é totalmente verdadeira, pois as dificuldades que um aluno com NEEs deve superar para ingressar e permanecer na Universidade são inúmeras e variadas. Inicia-se com as barreiras arquitetônicas e passa pelas estruturais, culminando com a formação inadequada dos atores envolvidos no processo educativo e por vezes configurando-se como obstáculos intransponíveis. Todavia elas não estão relacionadas à deficiência do aluno, mas sim ao descaso das instituições públicas em relação à diversidade humana que constitui a população brasileira.

Mediante a realidade descrita, faz-se necessária a presença de Paulo Freire, de acordo com os ensinamentos deste mestre da educação brasileira, política e educação não podem ser dissociadas, e desta forma torna-se necessário compreender o contexto político, econômico, social e cultural em que o sistema de ensino está inserido. O Brasil é um país cujo sistema econômico é capitalista, influenciado por uma perspectiva neoliberal, imerso no fenômeno da

globalização do capital, sendo a escola uma instituição que assimila e reproduz as tendências majoritárias que imperam na sociedade. Atualmente, podemos inferir que sua ação educativa é construída a partir da ideologia neoliberal, segundo Freire (1996, p.141) A ideologia tem que ver diretamente com a ocultação da verdade dos fatos, com o uso da linguagem para pernumbrar ou opacizar a realidade ao mesmo tempo em que nos torna "míope".

Paralelamente ao discurso da inclusão, as instituições escolares estão sujeitas aos mecanismos de controle externo, através de avaliações externas da escola, tais como o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, que tem por objetivo a melhoria da qualidade da educação básica. Essa qualidade, segundo o Plano, será dimensionada pelo IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, conforme previsto no Decreto nº. 6094, em seu capítulo II, no artigo 3º:

A qualidade da educação básica será aferida, objetivamente, com base no IDEB, calculado e divulgado periodicamente pelo INEP, a partir dos dados sobre rendimento escolar, combinados com o desempenho dos alunos, constantes do censo escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica - ANEB e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Prova Brasil) (BRASI, 2007).

Estas avaliações implicam no comprometimento de todos os profissionais da educação que atuam na instituição de ensino na busca do cumprimento das metas exigidas por tais exames, pois estas podem influenciar no salário do professor e em maiores ou menores recursos financeiros para escola. Dessa forma a escola e seus profissionais concentram seu trabalho quase que exclusivamente na direção de atingir os índices satisfatórios das referidas avaliações, mesmo que este fato apresente como consequência a perda da autonomia de todos os envolvidos nesse processo. Nacarato, Varani e Carvalho (1998, p.89) descrevem essas avaliações de controle externo: (...) por controle externo, entendemos os mecanismos que predeterminam os objetivos, o conteúdo, a metodologia e a avaliação que deverão orientar o trabalho dos(as) professores(as).

Assim, torna-se notória a influência da ideologia neoliberal nas escolas, revelando-se através dos princípios de competição e de individualidade desenvolvidos tanto por professores como por alunos na busca da conquista do melhor desempenho nas avaliações de controle externo da escola. Para o êxito dessa tarefa, torna-se inevitável utilizar formas de padronização dos métodos de ensino, com tempo e ritmo de aprendizagem rigidamente

controlada. Para se obter a maior produtividade, isto é, busca-se atingir a eficácia e a eficiência através de valores quantitativos, deslocando o ser humano para um plano não relevante, preparando os alunos desde o ensino fundamental para aprender a aprender as competências e requisitos exigidos pelo mercado.

Nas políticas para educação inclusiva reproduzidas no Brasil, a partir dos ideais da ONU e do Banco Mundial, está inserido o ‘cinismo’ da ideologia neoliberal, denunciado por Paulo Freire em sua obra. Esse cinismo se traduz através do propalado discurso da educação inclusiva, cuja prática constata a impossibilidade de sua efetiva realização. As mesmas instituições idealizadoras do referido discurso também são os idealizadores de uma política educacional que submete as escolas ao controle externo, e as leva à conseqüente perda de sua autonomia, construindo-se assim um sistema educacional rígido e inflexível, no qual a inclusão resulta apenas em uma nova forma de exclusão dos alunos com NEEs.

Pergunta norteadora

Será que a inclusão escolar na perspectiva da educação para todos de Paulo Freire pode ser considerada como um conceito de uma real inclusão, uma referência, sobre o tema?

Objetivos

O objetivo do presente estudo foi investigar se a inclusão escolar na perspectiva da educação para todos de Paulo Freire pode ser considerada como um conceito de uma real inclusão, uma referência, sobre o tema.

Método

Para o desenvolvimento do presente estudo foi utilizado um estudo bibliográfico. De acordo com Lakatos (1994, p.44), a pesquisa bibliográfica “oferece meios para definir, resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas, onde os problemas ainda não se cristalizaram suficientemente”.

O referencial teórico para a elaboração desta pesquisa foi composto a partir da produção literária do referido autor como dissertações, teses e artigos científicos, a ele relacionado. Leis, decretos, entre outros.

Inclusão Escolar na Perspectiva da Educação para Todos de Paulo Freire

"Só, na verdade, quem pensa certo, mesmo que, às vezes, pense errado, é quem pode ensinar a pensar certo. E uma das condições necessárias a pensar certo é não estarmos demasiados certos de nossa certeza" (FREIRE, 1996, p.30).

Embora Paulo Freire tenha desenvolvido sua pedagogia dialógica e política anteriormente ao movimento mundial de inclusão, sua filosofia se mostra tão contemporânea que ainda tem o poder de se colocar como um conceito de uma real inclusão, uma referência sobre o tema. A educação dialógica proposta por Paulo Freire, em sua práxis libertadora traz a gênese da educação inclusiva, que não aceita a homogeneização dos educandos frutos do sistema escolar tradicional, subordinado aos interesses do capitalismo neoliberal. Defende uma educação para todos, sem discriminações de qualquer natureza.

A filosofia educacional política e dialógica de Paulo Freire não é para o aluno com NEE e os demais excluídos, mas sim com todos. Constitui-se como uma autêntica pedagogia da inclusão, fundamentada no princípio da dialogicidade, que em sua práxis libertadora, na escola e no mundo, reconstrói a alteridade entre homens e mulheres, ao reconhecer as diferenças de desenvolvimento físicas, sensoriais e intelectuais, como tantas outras diferenças que constituem e os homens, e os caracterizam como humanos. Dorea (2008, p.4) conhecedor da obra de Paulo Freire afirma:

Trata-se de pensar os homens como seres em constante devir e não como indivíduos prontos e acabados, alguns até circunscritos, por exemplo, sob os rótulos de inferiores e mesmo deficientes, além de estigmatizados como limitados em relação à sua capacidade de aprendizagem e de se posicionar diante de si mesmo, do outro e da própria vida.

No processo educativo, a filosofia Freireana traz uma abordagem, estruturada sobre patamares horizontais que permeiam a interação entre professores e alunos e a construção de conhecimentos, em direção oposta à visão tradicional, resultante da ideologia neoliberal predominante nas esferas educacionais e políticas da sociedade contemporânea, implicando na mercantilização da educação. A partir da qual se adota um modelo de padrão de eficácia e eficiência, que anteriormente definiu o padrão de normalidade e, ainda prevalecem na

intitulada escola inclusiva, como as metas que todos devem atingir. Para tanto, não é necessário elaborar reflexões sobre o ato educativo ou seus significados, basta apenas adquirir as competências e requisitos compatíveis com a ética de mercado.

A educação Freireana é utópica, pois propõem a reinvenção do mundo sobre os princípios da democracia que não se restringem ao direito de alguns em contrapartida à exclusão de outros. Ao contrário passa pela construção de uma nova conjuntura sócio-político-cultural, na qual todos os educandos possam desenvolver seu processo educativo juntos na mesma escola, permeados pela igualdade de oportunidades e pelo direito de acesso e permanência com sucesso a uma educação de qualidade para todos independentemente de suas características pessoais, onde não caibam mais discriminações ou preconceitos aos educandos especificamente com condições físicas, mentais ou sensoriais diferentes dos demais alunos. Dorea (2008), pesquisador na área de educação inclusiva, afirma que: o desafio apontado por Paulo Freire é essencial para o desenvolvimento de uma nova ética fundada no diálogo entre diferenças. Brandão (2002, p.5) apresenta a educação dialógica de Paulo Freire como uma educação inclusiva, e promotora de transformações sociais como demonstra na seguinte exposição:

"A relação dialógica" preconizada por Freire (1982) deve ser revisitada por todos aqueles que fazem educação e que buscam a inclusão como arma de transformação da sociedade que temos, para aquela que queremos, pois o referido autor é e sempre será um exemplo para a educação (inclusiva) brasileira porque calca no verdadeiro diálogo a relação interativa, pautada pelo compromisso político de seus pares..

Na concepção educacional de Paulo Freire, a interação entre educador e educandos é pautada pelo princípio da igualdade, estabelecendo uma relação dialógica entre professor e aluno, no qual as práticas educativas desenvolve-se em um processo de duas vias, o professor ao ensinar também aprende e em contrapartida o aluno ao aprender também ensina. A construção de conhecimentos não ocorre, por meio de uma relação autoritária e verticalizada, ao contrário, desenvolve-se baseado na autonomia dos educandos, e na valorização dos saberes por eles adquiridos na realidade social em que estão inseridos. Configurando-se assim, como uma escola promotora da real inclusão de todos, através de um processo de humanização dos alunos e do mundo, criando as condições necessárias para que os educandos com NEEs ou não, conquistem a posição de sujeitos na apropriação e construção de conhecimentos. De acordo com Paulo freire (2005, p.79): deste modo:

(...) o educador problematizador re-faz, constantemente, seu ato cognoscente, na cognoscibilidade dos educandos. Estes, em lugar de serem recipientes dóceis de depósitos, são agora investigadores críticos, em diálogo com o educador, investigador crítico, também.

A educação libertadora de Paulo Freire repudia de forma veemente a concepção inclusiva idealizada pela ONU e pelo Banco Mundial, em virtude de estar fundamentada na falsa solidariedade, pois inseriu o aluno com NEEs sobre a alteridade do diferente, em um contexto educacional totalmente desfavorável ao seu desenvolvimento social e cognitivo. Esta escola para todos não se configura como um instrumento de resgate da cidadania dos cidadãos intitulados diferentes. Ao contrario reproduz e cria novos estigmas que influenciam de forma determinante a desvalorização e desumanização destes educandos, impondo-lhes a condição de cidadão de segunda categoria, ao mesmo tempo reafirma o padrão construído de normalidade, como o melhor, como o ideal, como o modelo sobre o qual todos devem ser construídos. Freire (2005, p.33) desvela que a falsa generosidade trata-se de um mecanismo de manutenção da segregação dos alunos, particularmente no presente estudo, com NEEs quando relata que:

Os opressores, falsamente generosos, têm necessidade, para que a sua "generosidade" continue tendo oportunidade de realizar-se, da permanência da injustiça. A "ordem" social injusta é a fonte geradora, permanente, desta "generosidade" que se nutre da morte, do desalento e da miséria.

A pedagogia da inclusão é política, sua intencionalidade ideológica está pautada na convicção que a institucionalização de um padrão de normalidade para os seres humanos e a conseqüente categorização pejorativa dos homens e mulheres como anormais, deficientes e diferentes, fundamentada no comportamento ou na estrutura física, que não correspondem as expectativas desse modelo idealizado, trata-se de uma construção social. conforme Freire (2001, p.23):

Busca de uma educação séria, rigorosa, democrática, em nada discriminadora nem dos renegados nem dos favorecidos. Isso, porém, não significa uma prática neutra, mas desveladora das verdades, desocultadora, iluminadora das tramas sociais e históricas. Uma prática fundamentalmente justa e ética contra a exploração dos homens e das mulheres e em favor de sua vocação de ser mais.

A pedagogia da inclusão construída a partir da resignificação da filosofia educacional e política e dialógica de Paulo Freire. Trata-se de uma pedagogia fundada na ética, no respeito à dignidade e à própria autonomia do educando, particularmente com NEEs. Configura-se em um sonho, uma utopia, a ser materializada através da reinvenção da escola tradicional em uma escola que inclui a todos. Trata-se de uma ação cultural para a liberdade e da restauração da vocação ontológica do ser mais dos educandos com NEEs, que foi distorcida e transformada em ser menos, durante o longo processo de segregação, ao qual foram submetidos no sistema escolar.

Esta pedagogia libertadora traduz-se em uma concepção de homem como sujeito histórico, fundamentada na convicção que a diferença é uma característica que compõe a diversidade humana, por meio da ética e da solidariedade estabelece uma relação de alteridade entre os alunos com NEEs e os demais Assim, todos os seres humanos possuem diferentes níveis de desenvolvimento, físico, sensorial e intelectual; tais fatores definem cada um de nos como seres singulares, capazes de aprender, com autonomia para interagir, participar e promover transformações sócio-políticas nas (...) “estruturas sociais, econômicas, em que se dão as relações de poder e se geram as ideologias” (FREIRE, 2001, p.8).

A pedagogia da inclusão ao materializar-se em uma escola que inclui a todos sem qualquer forma de opressão, desenvolve um processo educativo com condições dignas para a construção e apropriação de conhecimentos com sucesso. Fundamentada sobre o princípio da valorização da diferença, pautado por um processo de ensino e aprendizagem permeado pela igualdade de oportunidades, buscando promover seu desenvolvimento cognitivo, a partir de um processo educativo marcado pela interação sócio-cultural com os demais alunos que representam à diversidade étnica e a pluralidade cultural da população educacional do Brasil.

Onde os educandos com NEEs ou não são vistos como seres em constante evolução, com habilidades específicas, formas, tempos e ritmos de aprendizagem próprias e diversificadas, dissociando os educandos da concepção da normalidade. Nesta direção a pedagogia de Paulo Freire constitui-se como um ato de respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana.

Esta escola para todos compreende o aluno com NEEs, como um ser programado e condicionado para aprender, mas não determinado, capaz de elaborar reflexões críticas e ir

além dos condicionamentos sócio-econômicos-culturais que lhe impuseram a alteridade do diferente.

Resultados

Ao problematizar criticamente a conjuntura sócio-política opressora que produziu sua segregação no sistema educacional, os alunos com NEEs irão desvelar que a sua exclusão foi legitimada por meio da imposição do conceito da consciência hospedeira que é caracterizada pela interiorização dos valores da cultura dominante pelo oprimido, fator que ocasiona sua visão inautêntica da realidade, e a sua auto desvalia implicando na aceitação da condição de inferioridade ou de diferente, gerando a conformidade com a segregação nas escolas de educação especial e ou a nova exclusão na escola regular agora intitulada inclusiva.

O reconhecimento do aluno com NEEs da sua condição de consciência hospedeira da cultura opressora, mediada por uma autêntica pedagogia da inclusão, possibilita-lhe uma análise crítica dos fatores determinantes da sua segregação no sistema educacional; ocasionando a busca pela conquista da posição de sujeito histórico, em constante processo de transformação de si mesmo e do mundo. A partir da compreensão que a sua segregação escolar é resultante de uma construção social, ele deve buscar conquistar sua libertação, através da superação dos condicionantes que prescrevem suas ações, em uma luta permanente pela transformação da realidade opressora, por sua humanização e a restauração da sua vocação ontológica e histórica de ser mais.

Para que ele possa compreender-se enquanto cidadão com direitos e deveres, oportunizando o exercício dos seus direitos básicos e essenciais da cidadania, como o de estudar em uma escola pública em condições de igualdade educacionais com os demais alunos, entre tantos outros que lhe foram negados no decorrer do tempo.

Discussão

Propor a inclusão escolar na perspectiva da educação para todos de Paulo Freire como um conceito de uma real inclusão, uma referência, sobre o tema. Faz-se necessário em decorrência da atual conjuntura que se instalou a partir da elaboração das políticas públicas

para a educação inclusiva no Brasil de acordo com os ideais da Organização Mundial das Nações Unidas e do Banco Mundial. Sem a estrutura necessária para a real efetivação da escola inclusiva, a proposta de inclusão adquire contornos ilusórios de uma formalidade legal meramente preenchida, mas que, em verdade, se traduz em uma diferente exclusão do aluno DV, novamente segregado mesmo dentro da sala de aula.

Diante de tais fatos, evidencia-se que a educação dialógica, política e libertadora do educador brasileiro Paulo Freire que inclui a todos sem qualquer forma de discriminação deve ser o referencial teórico e prático para a inclusão escolar.

Brandão (2002, p.5) apresenta a educação dialógica de Paulo Freire como uma educação inclusiva, e promotora de transformações sociais como demonstra na seguinte exposição:

"A relação dialógica" preconizada por Freire (1982) deve ser revisitada por todos aqueles que fazem educação e que buscam a inclusão como arma de transformação da sociedade que temos, para aquela que queremos, pois o referido autor é e sempre será um exemplo para a educação (inclusiva) brasileira porque calca no verdadeiro diálogo a relação interativa, pautada pelo compromisso político de seus pares..

Apenas com a educação dialógica de Paulo Freire poderemos superar a influência do capitalismo liberal em nosso sistema de ensino que se manifesta, entre tantas outras formas, através das avaliações externas que instalam os conceitos de individualidade, competitividade e homogeneização em seus alunos, configurando-se como um instrumento que promove a segregação escolar. conforme Dorea (2008, p.4) conhecedor da obra de Paulo Freire afirma:

Trata-se de pensar os homens como seres em constante devir e não como indivíduos prontos e acabados, alguns até circunscritos, por exemplo, sob os rótulos de inferiores e mesmo deficientes, além de estigmatizados como limitados em relação à sua capacidade de aprendizagem e de se posicionar diante de si mesmo, do outro e da própria vida.

Conclusões

De acordo com os ensinamentos de Paulo Freire a libertação dos oprimidos só pode ocorrer a partir de uma pedagogia com ele, dele, e nunca para ele. No caso da inclusão, evidencia-se a sabedoria do referido mestre da educação Brasileira, pois as políticas educacionais desenvolvidas no Brasil para a educação inclusiva, idealizadas e referenciadas pela ONU e pelo Banco Mundial, trata-se de uma pedagogia elaborada para a inclusão, portanto não podem transformar a cultura hegemônica que predomina no sistema escolar em

uma educação inclusiva. Configura-se assim como uma pedagogia construída com os instrumentos da opressão que se traduz em uma nova forma de segregação na escola intitulada inclusiva.

A real inclusão dos alunos com NEEs só pode ser construída a partir de uma pedagogia da inclusão, como é a educação dialógica, política e libertadora de Paulo Freire, que ao contrapor-se a submissão da escola aos princípios neoliberais: a individualidade, o lucro e a mais valia; supera de forma definitiva, a prática de preconceitos e discriminações presentes no cotidiano escolar que dão origem ao processo de diferenciação entre os alunos, ocasionando a criação de categorias, rotulando o aluno com os estigmas da anormalidade, da deficiência e da incapacidade.

Nessa perspectiva, a educação dialógica apresenta novos paradigmas para as relações que constituem o processo educativo, sobre a ótica da inclusão, que contemplam a democracia, a autonomia, a ética, a solidariedade, o princípio da igualdade, e a valorização da convivência na diversidade.

Finalizamos nosso estudo com a convicção que a inclusão escolar na perspectiva da educação para todos de Paulo Freire pode ser considerada como um conceito de uma real inclusão. Sua pedagogia dialógica e problematizadora traz em sua práxis libertadora a gênese da inclusão, traduzindo-se em uma educação que inclui a todos, sem discriminações de qualquer natureza, configurando-se como uma autêntica pedagogia da inclusão, expressando toda diversidade e a pluralidade étnica e cultural que compõem os seres humanos. Contemplando simultaneamente a Constituição Brasileira de 1988, que assegura a todos os Brasileiros com NEEs, direito a educação especializada, preferencialmente nas escolas públicas, com igualdade de oportunidades de aprendizagem e dignidade, bem como promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Referências

BRANDÃO, E.P. Por que não falar em educação inclusiva? In: 25ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd). Caxambu, 2002. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/25/texced25.htm> Acesso em: 02 de abril de 2010.



BRASIL Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm Acesso em: 02 de abril de 2010.

BRASIL, Decreto Nº. 6094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2007/Decreto/D6094.htm Acesso em: 02 de abril de 2010.

BRASIL Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9_394.htm Acesso em: 02 de abril de 2010.

DOREA, G.R.F. Paulo Freire e a educação para todos. 2008. Disponível em:
http://www.paulofreire.org/twiki/pub/FPF2008/TrabalhoGumercindoRochaDoreaFilho/Proposta_de_trabalho_para_o_forum_paulo_freire_Guga_Dorea_LATINUS.doc Acesso em: 02 de abril de 2010.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. Política e educação. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 48ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

LAKATOS, E.M. metodologia do trabalho científico. São Paulo : Atlas, 1995.

MARQUES, S.M. Pensar e agir na inclusão escolar de crianças com necessidades educacionais especiais decorrentes de uma deficiência, a partir de referenciais freirianos: Rupturas e mutações culturais na escola brasileira. 2007. Tese (Doutorado em Educação - Área de concentração: Educação Especial) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo/Universidade Lumière Lion. São Paulo.